



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
Avenida Senador Filinto Muller, nº 355 - Bairro Vila Ipiranga  
Campo Grande-MS, CEP 79080-190  
- <http://humap-ufms.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23538.004480/2023-10

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais para manutenção predial para demanda nas áreas de **civil, hidráulica e elétrica** em entrega única por meio de Dispensa de Licitação, para atender as necessidades do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – Humap-UFMS, conforme quantidades e exigências estabelecidas no [Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH](#) e neste instrumento:

1.2. O critério de julgamento será de **Menor Preço**, conforme Art. 54 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

1.3. Havendo divergência nas especificações com o Código CATMAT, prevalece o descritivo deste Termo de Referência, conforme abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTDE
1	374954	PLACA DE GESSO PARA FORRO, E = 12 MM, 60 X 60 CM (C X L)	UN	25
2	307419	COLA ADESIVA DE CONTATO PARA FÓRMICA, 2,8KG	UN	15
3	388472	DIVISORIA NAVAL PAINEL DE 35X1.200X2.100MM, PAINEL MIOLO CELULAR COLMEIA, REVESTIDA EM CHAPA DE MADEIRA LISA PRENSADA, COR BRANCA	UN	25
4	226819	AZULEJO EM MATERIAL PORCELANATO , FORMATO QUADRADO TAMANHO 15X15, COR BRANCA, COM CARACTERISTICA ESMALTADO, DE PRIMEIRA LINHA	M2	50
5	327367	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (SACO DE 50 KG)	SC	80
6	393923	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO ACRÍLICO ELÁSTICO, PARA LAJES E COBERTURAS, BALDE 15KG	UN	25
7	216956	PEDRA BRITADA Nº 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM)	M3	12
8	216957	PEDRA BRITADA Nº 1	M3	25
9	444388	PISO PORCELANATO ESMALTADO 60X60CM COR BEGE, COEFICIENTE DE ATRITO DE NO MÍNIMO 0,4, ÍNDICE DE RESISTÊNCIA À ABRASÃO PEI-4 E ABSORÇÃO DE ÁGUA IGUAL OU INFERIOR A 0,5%	M2	100
10	337011	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 2H, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
11	337013	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 3H, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
12	337015	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 5H, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
13	337016	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 6K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
14	337019	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 10K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
15	337020	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 12K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
16	337021	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 15K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
17	340115	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 20K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
18	353860	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 25K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
19	337028	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 30K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20

20	354067	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 40K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20
21	337029	ELO FUSÍVEL, CLASSE: DISTRIBUIÇÃO, TIPO: 50K, CLASSE 15 KV, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARRUELA DE LATÃO, MATERIAL: ESTANHO, APLICAÇÃO: PARA PROTEÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO	UN	20

1.4. A pesquisa de preços foi realizada mediante a utilização dos parâmetros, em conformidade com a Norma Operacional DAI-EBSERH nº 2/2019 (2789405).

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A solicitação se justifica em virtude da instituição ser credenciada pelo Sistema Único de Saúde para realização de procedimentos de média e alta complexidade, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais.

2.2. A aquisição é necessária para a execução das manutenções corretivas e preventivas das instalações do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap-UFMS) e de outros bens móveis do acervo patrimonial deste hospital com o intuito de condicioná-los ao bom uso da clientela usuária.

2.3. A criticidade dos itens listados e o risco de desabastecimento indica a necessidade de aquisição dos materiais mesmo que em agrupamento distinto do original, tendo em vista fracassos nos procedimentos licitatórios e eventuais falhas na definição das quantidades ou ainda oscilações abruptas da demanda.

2.4. Dessa forma, o suprimento adequado dos itens incluídos no presente Termo de Referência é indispensável para o tratamento dos pacientes assistidos nessa unidade de saúde, haja vista que a manutenção predial adequada dos ambientes é um dos requisitos para o desenvolvimento das atividades assistenciais.

2.5. O quantitativo total estimado foi calculado com base no histórico de consumo dos materiais do sistema AGHU de Gerenciamento de Materiais ou estimativa dos setores. O cálculo para estimar o consumo anual foi realizado fazendo-se uso da média de consumo para o período, acrescentando-se uma margem de segurança considerando as flutuações de consumo que podem existir dentro do hospital. Para estimar as quantidades dos materiais de manutenção predial, foram utilizados também as seguintes informações:

- Amostragem de Ordens de serviços via sistema de *Helpdesk* executados com frequência (13305668);
- Amostragem de Ordens de serviços via sistema de *Helpdesk* de demanda reprimida;
- Sistema de Gerenciamento de Estoque (AGHU): Considerando saldo existente e o histórico de entrada de materiais em processos de aquisição anteriores
- Sistema de Gerenciamento de Estoque (AGHU): Consumo de materiais.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

3.2. Em decorrência de licitação que resultou em itens desertos e fracassados, o procedimento para a aquisição será conduzido através de dispensa de licitação, em conformidade com o Art. 79, Inciso II "para outros serviços e compras de valor até R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), e para alienações, nos casos previstos neste regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez, no mesmo local e dentro do mesmo exercício orçamentário", nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede Ebserh - RLCE 2.0.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os materiais constantes deste Termo de Referência são considerados de uso comum, nos termos do art. 32, IV, da Lei nº 13.303/2016, uma vez que o padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

## 5. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. Destacamos que a modalidade de aquisição será por dispensa de licitação, com fulcro no Art. 78, II, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, que assim versa:

"Art. 79. É dispensável a realização de licitação nas seguintes situações:

(...)

II - Para outros serviços e compras de valor até R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez, no mesmo local e dentro do mesmo exercício orçamentário;"

5.2. A dispensa de licitação em tela será realizada mediante procedimento de cotação eletrônica de preços pelo critério de julgamento menor preço por item de acordo com art. 78, § 4º, inciso II do RLCE:

"§4º Nas dispensas previstas nos incisos I e II do caput, devem ser observados os seguintes parâmetros:

II - As contratações deverão, preferencialmente, ser realizadas mediante procedimento de cotação eletrônica de preços, respeitando-se as normas pertinentes à fase preparatória e de execução contratual previstas na Lei nº 13.303/2016 e neste Regulamento, bem como aplicando-se os procedimentos constantes da Portaria MPOG nº 306, de 13 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, somente à etapa externa da cotação, a partir de sua abertura até as fases de adjudicação e homologação."

## 6. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR

### 6.1. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1.1. Conforme disposto no Art. 65. do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, na habilitação, o licitante mais bem classificado deverá apresentar documentação comprobatória de sua aptidão, dividindo-se em:

I - **Jurídica, para comprovação de existência jurídica da pessoa e de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:**

- a) Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
- b) Alvará de funcionamento do estabelecimento.

II - **Fiscal em nível federal, de seguridade social e trabalhista:**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) Regularidade perante a Fazenda federal;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, para o fim de comprovação do atendimento ao art. 7º, XXXIII da CR/88.

III - **Qualificação técnico-operacional:**

- a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - **Capacidade econômico-financeira:**

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.1.2. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

6.2. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.2.1. O licitante não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, disponível em [Regulamento de Licitações Contratos - Ebserh](#)

6.2.2. Será feita pesquisa a partir da análise do contrato social ou documento equivalente a fim de identificar o atendimento à Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh, disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>,

6.2.3. Proposta com especificações técnicas detalhadas do produto ofertado, tais como: marca, fabricante, modelo, prazo de garantia, dados técnicos e imagem, **não sendo permitido apenas a cópia do descritivo do Termo de Referência.**

6.2.4. Nos preços cotados dos materiais deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação

6.2.5. Os itens são dispensados de amostras, desde que todas as informações técnicas necessárias para a habilitação do item seja disponibilizada por meio de catálogos, fichas e especificações técnicas, folhas de dados, boletim técnico, ou documento análogo do material ofertado, contendo todas as especificações do produto.

6.2.5.1. A Ebserh se reserva o direito de solicitar amostra do produto ofertado para avaliação técnica ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. As amostras deverão ser apresentadas no endereço do almoxarifado da UASG requerente ou outro apontado pela Ebserh no ato da solicitação da amostra. Como padrão, o fornecedor, quando solicitado, deverá encaminhar amostras dos produtos à Unidade de Compras e Licitações do Humap-UFMS, Av. Senador Filinto Muller, 355; Cidade Universitária – Vila Ipiranga, Campo Grande e – MS, CEP 79080-190, fone (67) 3345-3328 no horário de 07h às 11h e das 13h às 17h, em embalagem personalizada, papel timbrado, etiquetadas com o nome e endereço da empresa.

6.2.5.2. Havendo necessidade de amostras, estas deverão ser apresentadas juntamente com os catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado.

6.2.5.3. Todas as informações sobre o item devem constar na embalagem do material.

6.2.5.4. A Ebserh se reserva o direito de solicitar formalmente ao fornecedor, a apresentação de novas amostras, catálogos em português, prospectos, laudos analíticos e laboratorial e manual de utilização/funcionamento de qualquer item cotado, de qualquer empresa participante do processo, independente da ordem de classificação de preços, para aferir se os bens propostos atendem as especificações cotadas no edital.

6.2.5.5. O envio/postagem das amostras, deverá se dar no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação.

6.2.5.6. A entrega e montagem das amostras não poderá gerar custos à Ebserh e deverá se dar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação. O prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa aceita pela Ebserh. As amostras, quando solicitadas, deverão ser apresentadas juntamente com os descritivos técnicos originais, que contenham a descrição detalhada em português, do produto ofertado. A quantidade das amostras deverá ser no mínimo de uma unidade do lote ofertado, de forma a garantir a qualidade e fidelidade da amostra. Casos específicos serão detalhados no Termo de Referência, quando necessário.

6.2.5.7. A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante nos documentos constituintes do instrumento licitatório. Com isso, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade com a especificação solicitada, isto é, apresentar as características físicas adequadas; desempenho técnico; atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto, oferecendo segurança durante a utilização, tanto para o paciente quanto para os profissionais durante o seu uso.

6.2.5.8. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências na amostra do produto a ser adquirido, quando esta é exigida. É obrigação da licitante, sem ônus à EBSEERH, apresentar laudo ou parecer técnico emitido por laboratório credenciado ao INMETRO ou equivalente, com data recente e referente ao mesmo lote de mercadoria a ser fornecida à EBSEERH, caso seja de interesse solicitar recurso quanto a desclassificação.

6.2.5.9. O prazos estabelecidos no item 6.2.5.5 e 6.2.5.6 poderão ser prorrogados a critério da Administração, mediante apresentação de solicitação de prorrogação devidamente fundamentada.

6.3. **VEDAÇÕES**

6.3.1. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0, a saber:

*Art. 69. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:*

*I - suspensa no âmbito da Rede Ebserh;*

*II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;*

*III - impedida de licitar e de contratar com a União;*

*IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;*

*V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;*

*VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;*

*VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;*

*VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;*

*IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;*

*X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.*

**§ 1º** Aplica-se a vedação prevista no caput:

*I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;*

*II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:*

*a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;*

*b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;*

*c) autoridade do Ministério da Educação;*

*d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.*

*III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.*

**§ 2º** A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a aplicação da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**§ 3º** A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

**§ 4º** O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

#### 6.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.4.1. O critério de julgamento das propostas será o menor preço por item, conforme previsto no Inciso I, do Art. 54. do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, desde que de acordo com as especificações técnicas dos bens e as demais condições deste Termo de referência.

#### 6.5. Modo de disputa:

6.5.1. Será adotado para o envio de lances na dispensa eletrônica o modo de disputa aberto.

#### 6.6. Intervalo entre lances:

6.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

### 7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo máximo de entrega dos itens será de até 30 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho, e deverão ser entregues conforme necessidade e orientações do Humap-UFMS, no Setor de Infraestrutura Física do Humap-UFMS localizado na Avenida Senador Fillinto Muller, 355 - Vila Ipiranga – Campo Grande (MS), com agendamento prévio pelo fone: (67) 3345-3041 ou (67) 3345-3076, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 10:30 horas e das 13h às 16h, acompanhados dos documentos e observando as exigências estipuladas neste Termo de Referência.

7.2. Não será aceito material divergente da marca, modelo ou especificação informada na proposta de preços da empresa vencedora.

7.3. Na eventualidade de serem verificados defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, o fornecedor deverá sanar as incorreções no prazo máximo de 07 dias corridos, contados do recebimento da notificação.

7.4. Os custos de substituição e eventual descarte dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

7.5. É responsabilidade da Contratada a conferência da quantidade contida dentro de cada embalagem, bem como a integridade dos produtos, sendo obrigação da mesma, sem ônus à Administração, o fornecimento complementar dos materiais.

7.6. A empresa que não cumprir o prazo acima estipulado sofrerá sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

7.7. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.10. Caso não exista orientações expressas da Ebserh ou prévio acordo entre as partes determinando entrega fracionada dos materiais relacionados no empenho emitido, devido justificativa de logística e espaço físico para armazenamento por parte contratante, a Nota Fiscal deverá conter todos os materiais solicitados na NOTA DE EMPENHO, sendo que não serão aceitas entregas de Notas Fiscais que contemplem parcialmente a Nota de Empenho.

7.11. O recebimento dos produtos se dará em duas etapas:

a) A primeira, representada pela conferência da quantidade e a qualidade (avaliar a aparência do produto e da embalagem, condições do transporte) e verificação da conformidade com a proposta de preço apresentada pela empresa vencedora.

b) A segunda, quando ocorre a aceitação definitiva do material pela Comissão de Recebimento, mediante análise que comprove a equivalência dos materiais entregues com as especificações contidas nesse Termo de Referência.

7.12. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3/4 do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.13. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.14. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.15.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.17. Após conferência com a nota fiscal, o agente ou equipe designada ou, quando existente, a Comissão de Recebimento da Comissão de Padronização de Materiais,

irá submeter à verificação da conformidade dos mesmos com as especificações contidas nesse Termo de Referência.

- 7.18. Cumpridas as condições, será firmado o Termo de Recebimento em duas vias.
- 7.19. O lote rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da data de confirmação da impropriedade.
- 7.20. A não retirada dos lotes rejeitados autoriza automaticamente o contratante a efetuar a destinação adequada ao produto.
- 7.21. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos iguais ou superiores aos ofertados.
- 7.22. Os casos omissos serão dirimidos pelo edital. Em persistindo a omissão, serão elucidados pela Comissão de Licitação.

#### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 8.1.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.
- 8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. São obrigações da Contratada:
- 9.1.1. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Termo;
- 9.1.2. Cumprir fielmente o presente, de modo que no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue.
- 9.1.3. Assumir ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação.
- 9.1.4. Recolher aos cofres públicos conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura.
- 9.1.5. Substituir, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, os produtos que apresentarem defeitos sem nenhuma despesa para a Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis, os produtos que apresentarem vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, sem nenhuma despesa para a Administração.
- 9.1.6. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 9.1.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.1.9. Responder pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 9.1.10. Não promover substituição do produto empenhado, sem anuência expressa do Contratante.
- 9.1.11. Entregar os produtos:
- a) Pelo preço apresentado na proposta final da Contratada.
  - b) Com especificações técnicas do produto constantes no presente Termo de Referência.
  - c) Com prazo de validade mínimo de 3/4 do total e garantia contra vícios e defeitos do produto, a partir da data de entrega na unidade requisitante.
  - d) Em embalagem íntegra, sob pena de rescisão do ajuste, independentemente das combinações legais cabíveis.
  - e) Em sendo o caso, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 9.1.12. Fazer constar na Nota Fiscal: marca fabricante, procedência, números dos lotes dos produtos.
- 9.1.13. Anexar à Nota Fiscal, laudo de análise do fabricante, de cada lote, conforme solicitação do Contratante.
- 9.1.14. Anexar à Nota Fiscal, cópia da respectiva nota de empenho. Em caso de optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, no ato da assinatura deste contrato, apresentar cópia autenticada do termo de opção para fins de cadastro junto ao setor financeiro do contratante.
- 9.1.15. Responsabilizar-se pela substituição do produto entregue, impossibilitado de uso devido perda ou deterioração de suas características, mesmo estando dentro do prazo de validade, em condições normais de estocagem, uso e manuseio, devendo ser trocados no prazo máximo a ser determinado pelo setor competente, contados a partir da comunicação formal do responsável. O ônus de todas as despesas decorrentes da efetivação da troca será da Contratada, inclusive da retirada do material devolvido, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. A não retirada dos materiais notificados no prazo acima implica no direito deste Humap-UFMS desprezar os mesmos e notificar as empresas por não cumprimento de contrato.
- 9.1.16. Responsabilizar-se pelos ônus das despesas de transporte, carga e descarga, bem como ônus previsto nos ajustes decorrentes de atraso referente à entrega.
- 9.1.17. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.
- 9.1.18. Zelar pela perfeita execução do fornecimento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos.

- 9.1.19. Responder pelos danos causados diretamente a Ebserh ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.
- 9.1.20. Apresentar proposta com especificações técnicas e garantia detalhada do produto ofertado, para análise.
- 9.1.21. Na proposta, os materiais deverão ser identificados quanto à marca, nome comercial, nome da indústria fabricante, período da validade, embalagem com o quantitativo do produto ofertado, procedência.
- 10. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 12.1. Nos termos do art. 161, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Ebserh especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.
- 12.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será confiado a comissão competente conforme previsto no Boletim de Serviço e Portaria vigente.
- 12.3. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 12.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Ebserh ou de seus agentes e prepostos.
- 12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 12.6. O representante da Ebserh anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13. PAGAMENTO**
- 13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais contidos na Nota Fiscal ou Fatura, operacionalizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 13.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:
- 13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 13.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 13.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 13.2.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 13.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 13.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### Índice de Medição de Resultados - IMR

13.14. Durante a verificação da conformidade na entrega dos insumos, poderá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Entrega tempestiva dos materiais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega dos insumos no prazo pactuado
Meta a cumprir	O prazo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega dos insumos na unidade contratante
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de entrega dos insumos) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/12/2022, com a entrega dos insumos realizada em 22/12/2022, o cálculo será: (22/12/2022 - 01/12/2022 = 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da unidade contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
Início da vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos insumos: 100% do valor contratado b) Atraso de até 10 dias: 99% do valor contratado c) Atraso entre 10 e 20 dias: 97% do valor contratado d) Atraso acima de 20 dias: 95% do valor contratado
Sanções	O atraso acima de 30 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	Caso a Ordem de Fornecimento seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa A situação de emergência deverá ampliar os critérios de razoabilidade e de proporcionalidade na avaliação sobre eventual penalização, considerando que as causas de eventuais atrasos podem fugir da governabilidade dos fornecedores

#### 14. REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos nº 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

**15. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 15.1. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.
- 15.2. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
- 15.3. Entregar os produtos com prazo de validade mínimo de 3/4 do total e garantia contra vícios e defeitos do produto, a partir da data de entrega na unidade requisitante.

**16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

- I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou ata de registro de preços;
- V - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI - apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII - não manter a proposta; e
- IX - cometer fraude fiscal.

- 16.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh:

- 16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

- 16.2.2. Multa:

16.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;

16.2.2.2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.2.3. em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

- 16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a unidade contratante pelo prazo de até dois anos;

- 16.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh pelo prazo de até dois anos (abrangendo todas as unidades hospitalares vinculadas à Ebserh);

- 16.2.5. As sanções previstas nos subitens **16.2.1**, **16.2.3** e **16.2.4** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

- 16.2.6. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

- 16.2.7. Caso não seja identificado o pagamento da GRU sobre a multa, a Administração deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa contratada e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.

- 16.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

- 16.4. A penalidade prevista no item **16.2.4**, abrangendo todas as unidades hospitalares vinculadas à Ebserh, será aplicada por intermédio de deliberação da Administração Central da Ebserh, após regular instrução de processo administrativo de apuração de irregularidade pela unidade contratante.

- 16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 16.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

- 16.7. Será aplicada, quando necessário, a [Norma Operacional Ebserh nº 03, de 03 de junho de 2016](#) e a Norma Operacional - SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH (13520109) ou outro normativo substituto ou complementar, disponível no [portal da Ebserh](#). Sendo assim, devem tomar conhecimento das normas, instruções e regulamentos, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à apuração de irregularidades e aplicação de sanções administrativas aos licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

- 16.8. Dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar, contratar e multas:

Irregularidade	Sanção
Deixar de entregar documentação exigida para o certame:	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 2 (dois) meses.
Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 4 (quatro) meses.
Apresentação de documentação falsa.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Ensejar o retardamento da execução do certame.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 4 (quatro) meses.
Não manter a proposta.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 4 (quatro) meses.



Fraudar na execução do contrato.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Comportar-se de modo inidôneo.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Cometer fraude fiscal.	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Atraso na apresentação da garantia, carta fiança, seguro, seguro garantia ou caução em dinheiro.	Pena - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso (seja para início da contratação, para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços após recebimento da Nota de Empenho, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos e que não tenha causado desabastecimento para a Contratante.	Pena: Advertência escrita, registrada no SICAF.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir do 1 (primeiro) dia de atraso, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Multa moratória, aplicada automaticamente, correspondente a 0,33% (três décimos e 3 centésimos) ao dia, por no máximo 30 dias, de atraso na entrega de objetos constantes na respectiva Nota de Empenho – NE, calculados sobre o valor total da referida NE, com contagem dos dias excedentes do prazo previamente acordado, sem prejuízo das demais sanções.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir do 10 (décimo) dia de atraso, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais sanções.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir de 21 (vigésimo primeiro) dia, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh, pelo período de 3 (três) meses.  Nos casos em que os atrasos superarem 21 dias, será aplicada também, a proporcionalidade de 4 (quatro) dias por cada dia a mais de atraso, ficando limitado a aplicação da penalidade em no máximo 24 meses. Sem prejuízo das demais sanções
Reincidência em atrasos.	Pena: Por reincidências será aplicada multa de até 20% sobre o valor da parcela, não podendo a somatória das multas ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor da parcela, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.
Por recusar-se a retirar ou receber a respectiva Nota de Empenho, assinar a Ata de Registro de Preços, Contrato de locação ou o Contrato de Comodato.	Pena: Multa por descumprimento integral do compromisso, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor adjudicado e homologado, sem prejuízo das demais sanções.
Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação	Pena – Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 2 (dois) meses.
Por descumprimento integral do compromisso assumido.	Pena: Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh por 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções.
Por causar prejuízos a Ebserh.	Pena: Impedimento de licitar e contratar com a Ebserh, sem prejuízo de demais sanções previstas em lei ou em norma.

**17. ESTIMATIVAS DETALHADAS DOS PREÇOS**

17.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

**18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

- a) Programa de Trabalho: **12302501320RX0001 e 10302501885850054;**
- b) Fonte de recursos: **1000000000, 1002A0000H e 1002A0025V;**
- c) Natureza de despesa: **339030;**

**19. ANEXO**

- 19.1. Anexo I - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (28408811).
- 19.2. Equipe de Planejamento da Contratação - Portaria - SEI 23 (28180372).

(assinado eletronicamente)  
**Dario César Brum Arguello**

Integrante Demandante  
DLIH/GAD/Humap-UFMS

(assinado eletronicamente)  
**Alexandre Duarte da Silva**  
Integrante Técnico  
SIF/DLIH/GAD/Humap-UFMS

**Milenna Ribeiro Cabral**  
Assistente Administrativo  
SIAPE: 33XXX87  
SIF/DLIH/GAD/Humap-UFMS

**Guilherme Battalini Silva**  
Engenheiro Eletricista  
SIAPE: 32XXX05  
SIF/DLIH/GAD/Humap-UFMS

(assinado eletronicamente)  
**Romualdo Orlandeli Sanches**  
Integrante Técnico  
SIF/DLIH/GAD/Humap-UFMS

(assinado eletronicamente)  
**Paulo Eduardo Furtado Ferreira**  
Integrante Técnico  
SIF/DLIH/GAD/Humap-UFMS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Battalini Silva, Engenheiro(a) Eletricista**, em 05/04/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Furtado Ferreira, Engenheiro(a) Civil**, em 05/04/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Duarte da Silva, Assistente Administrativo**, em 05/04/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milenna Ribeiro Cabral, Assistente Administrativo**, em 05/04/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dario Cesar Brum Arguello, Chefe de Divisão**, em 06/04/2023, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Romualdo Orlandeli Sanches, Engenheiro(a) Eletricista**, em 06/04/2023, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28719204** e o código CRC **DD63A7CE**.

Referência: Processo nº 23538.004480/2023-10 SEI nº 28719204